



Contratação de pesquisa eleitoral pode ficar mais difícil

Restrição valerá para empresas de comunicação, conforme projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Proposta será ainda votada na Câmara

Veículos de comunicação serão impedidos de contratar empresas de pesquisas eleitorais que, nos 12 meses anteriores ao pleito, tenham prestado serviços a partidos ou

órgãos da administração pública dos Poderes Executivo e Legislativo da União, estados, Distrito Federal e municípios. A proposta foi elaborada pela Comissão da Reforma Política do Senado. **3**

Plenário aprovou também projeto que esclarece o que não é propaganda antecipada. As duas propostas que tratam da reforma política foram relatadas por Romero Jucá (D)



Jonas Pereira/Agência Senado

CPI do HSBC desiste de quebrar sigilos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão que apura irregularidades nas operações de brasileiros com conta no banco suíço livrou investigados, como o empresário Jacob Barata, de ter os dados revelados. Ferrazo disse que o colegiado evitou um “erro”. **7**

Em sessão presidida por Paulo Rocha (C), Ferrazo (E) justificou decisão do colegiado. Randolfe (D) disse que houve incoerência



Ana Volpe/Agência Senado

Capiberibe (3º à esq.) coordena debate com Pepe Vargas (3º à dir)

Ministro diz que reduzir a maioria seria um erro

Em audiência na qual foi apresentada pesquisa do DataSenado que mostrou apoio de 85% dos brasileiros à redução da maioria penal, o ministro Pepe Vargas disse que aumento de punição a menor não resolve o problema da segurança. **8**

Comissão decide adiar votação da LDO para o próximo mês **6**

Para debatedores, empresa deve responder por acidentes **5**

CPIs do BNDES e dos Fundos de Pensão podem ser criadas mês que vem **3**

General alerta sobre perigo de perda de soberania em parte da Amazônia **6**

Repatriação de recursos será votada em agosto

O Senado deverá votar em agosto o projeto que permite a brasileiros repatriar recursos mantidos no exterior sem responder por crimes de evasão de divisas e omissão de informação ao fisco, desde que comprovada a origem lícita. Segundo especialistas, a medida poderá resultar em arrecadação adicional superior a R\$ 100 bilhões. **4**

Gráfica economiza R\$ 1,4 milhão em matéria-prima



Paulo Cimentini/Agência Senado — 10/05/2013

Entre 2011 e 2014, os gastos da Gráfica com material para impressão caíram de R\$ 3,8 milhões para R\$ 2,4 milhões. Uma das principais causas da economia, a informatização dos processos reduz impressões, aproveita melhor a mão de obra e minimiza o desperdício de papel. **2**

Gráfico confere produção: expectativa é substituir, nos próximos 3 anos, parte da impressão offset por digital

REDUÇÃO DE GASTOS COM IMPRESSÃO

Menos papel, mais responsabilidade

O Senado introduziu em 2015 novo sistema de impressão que resultou em uma economia anual de mais de R\$ 5 milhões. Além da diminuição do uso de papel – que poupará a derrubada de centenas de árvores –, também houve redução no consumo de insumos e custos de manutenção dos equipamentos. Para potencializar essa medida, a Casa também adotou, como padrão, o uso de documentos digitais, que dispensam a impressão.



Gráfica gasta menos papel e economiza R\$ 1,4 milhão

As despesas do Senado com matéria-prima para impressão caíram nos últimos 4 anos. Um dos motivos é a informatização dos processos, que aproveita melhor a mão de obra e evita desperdícios



O PROPÓSITO DE reduzir gastos tem sido cada vez mais incorporado à realidade da Gráfica do Senado. Entre 2011 e 2014, a economia foi de R\$ quase 1,4 milhão nas despesas com matéria-prima, especialmente aquisição de papel para impressão. E a contenção tem sido crescente. Entre 2011 e 2012, foram poupados R\$ 441,6 mil. Já entre 2012 e 2013, a queda foi ainda mais acentuada: R\$ 817 mil. O último levantamento mostra redução de R\$ 128,2 mil.

Enquanto em 2011 os gastos da Gráfica com impressão alcançaram R\$ 3,8 milhões, ano passado foi de R\$ 2,4 milhões. A queda, segundo o chefe do Escritório Setorial de Gestão da Secretaria de Editoração e Publicações, Fabrício Araújo, está associada à informatização dos processos. Segundo ele, a diferença entre



Foto: Moreira/Agência Senado - 10/5/2013

Gastos da Gráfica com impressão caíram de R\$ 3,8 milhões para R\$ 2,4 milhões

a quantidade de impressões no passado e hoje é expressiva.

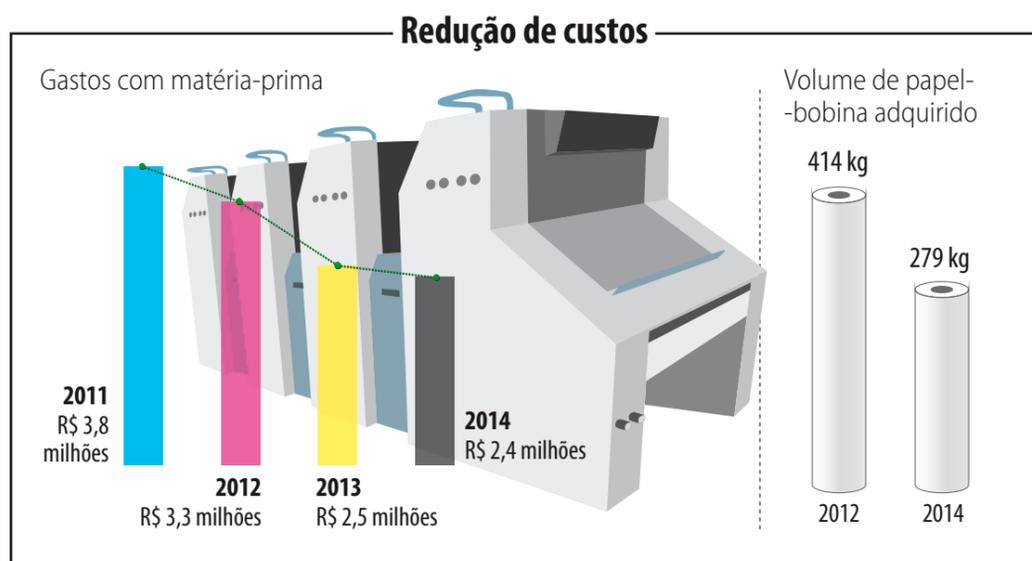
— A ordem do dia, por exemplo, tinha uma tiragem enorme, que era entregue em mãos; hoje, está tudo digitalizado. Essa demanda de ordens de serviço vem caindo vertiginosamente — explicou.

O levantamento mostra também economia em compra de papel-bobina. Passou-se de R\$ 1 milhão (para 414,3 mil quilos de papel-bobina), em 2012, para R\$ 653,4 mil (para 279,1

mil quilos) em 2014.

Araújo salienta que o objetivo, para os próximos três anos, é transferir parte da impressão offset para a tecnologia digital, com menor custo.

Segundo ele, a Gráfica hoje está totalmente informatizada, com um modelo integrado de produção automatizada, o que não somente permite melhor aproveitamento da mão de obra, como minimiza o desperdício de papel, com reflexos no meio ambiente.



Ivo Cassol defende projeto que regula criação de municípios

Ivo Cassol (PP-RO) espera que a presidente Dilma Rousseff não rejeite o projeto que fixa novas regras para a criação de municípios (PLS 199/2015), aprovado quarta-feira e que será ainda votado pela Câmara dos Deputados

O senador contou que em Rondônia existem vários distritos em condições de passar à condição de município, como Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre. Todos eles estão distantes da capital e sempre foram tratados com desleixo pelas prefeituras de Porto Velho, reclamou o senador.



Vicentinho Alves comemora os 18 anos do Programa Interlegis

Vicentinho Alves (PR-TO) lembrou o aniversário de 18 anos do Interlegis, programa do Senado implementado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) que busca fortalecer a modernização do Legislativo e estabelecer a interação e cooperação entre os parlamentos do país. Primeiro-secretário do Senado, Vicentinho é o diretor nacional do programa.

Segundo o senador, cerca de 4,4 mil câmaras e assembleias utilizam pelo menos um dos produtos do Interlegis e integram a comunidade legislativa mantida pelo programa.



Garibaldi alerta para seca no Nordeste e cobra assistência

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu atenção para a seca do Nordeste, advertindo que o Rio Grande do Norte enfrenta há três anos a maior estiagem registrada desde 1911. Ele disse que a maior parte dos municípios declarou estado de calamidade pública e cobrou melhoria dos planos de emergência.

— Num estado que tem 90% do território no semiárido, não há como se ter a esperança de que o quadro mude, por mais chuvoso que se apresente, nós vamos ter sempre muitos problemas — afirmou o senador.



Foto: Moreira/Agência Senado

Programa na TV debate mudanças no tratamento de doentes psiquiátricos

No fim de semana, a TV Senado apresenta debate sobre a luta antimanicomial no programa *Em Discussão*. O tratamento de pessoas com distúrbios psíquicos melhorou desde que a Lei Antimanicomial entrou em vigor, em 2001. A legislação anterior, de 1934, permitia que praticamente qualquer pessoa pudesse internar outra que considerasse louca.

A lei atual garante os direitos das pessoas com transtornos mentais. Ela determina que o cuidado seja feito em serviços comunitários e

públicos. A internação não foi abolida, mas ficou mais difícil e a preferência é por hospitais comuns.

Especialistas ouvidos em audiência em junho citaram avanços, mas afirmam que muita coisa ainda precisa mudar e denunciam tortura e internações irregulares.

1 Estreia:
Amanhã, às 23h30 (programa de 27 minutos)

Reapresentações:
Domingo, às 9h e às 16h30
Segunda-feira, à 1h30
Sábado 25 de junho, às 16h30

Rádio Senado mostra que crianças iam para a cadeia no Brasil até os anos 20

Quando assinou o Código de Menores, em 1927, o presidente Washington Luiz não poderia imaginar que um dos pontos daquela lei seria alvo de exaltados debates quase 90 anos mais tarde. Foi o Código de Menores que fixou a maioria penal em 18 anos. O país agora discute se deve ser reduzida para 16.

Hoje, às 18h, o Rádio Senado transmite a reportagem especial “Quando as nossas crianças também iam para a cadeia”, que conduz os ouvintes a uma viagem na história.

Até 1927, a Justiça era inclemente com os pequenos

infratores. Pelo Código Penal de 1890, crianças podiam ser levadas aos tribunais a partir dos 9 anos. Até o código, os pequenos delinquentes eram atirados na cadeia e dividiam cela com bandidos adultos.

A Rádio Senado chega a dez capitais. Os programas são distribuídos para mais de 2 mil emissoras no país e podem ser ouvidos na internet (www.senado.leg.br/radio).

1 Apresentação:
Hoje, às 18h

Reprise:
Amanhã, às 10h, e domingo, às 17h

Parada técnica de hoje nas transmissões do Senado vai durar uma hora menos

A interrupção nas transmissões da TV Senado e da Rádio Senado devido a parada técnica para manutenção na rede

de energia foi alterada para o período entre as 23h de hoje e as 4h de amanhã. A previsão inicial era da 0h às 6h.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

CORREÇÃO

Diferentemente do publicado na página 10 de ontem, as atividades do Parlamento do Mercosul (Parlasul) serão retomadas no dia 17 de agosto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Sessão para debates**
9h Sessão plenária não deliberativa para discursos de senadores.
- PRESIDÊNCIA Coletiva à imprensa**
11h Renan Calheiros concede entrevista coletiva sobre balanço das atividades do semestre.
- MERCOSUL Reunião de cúpula**
10h O Parlamento do Mercosul (Parlasul) tem reunião de cúpula do Mercosul no Itamaraty.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto aprovado ontem e enviado à Câmara impede que empresas que fizeram pesquisa para partidos políticos sejam contratadas por veículos de comunicação

Senado restringe contratação de pesquisas eleitorais

OS VEÍCULOS DE comunicação podem ficar impedidos de contratar empresas de pesquisas sobre eleições ou candidatos que nos 12 meses anteriores ao pleito tenham prestado serviços a partidos políticos, candidatos e órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo da União, estados, Distrito Federal e municípios. A vedação está no projeto aprovado ontem pelo Senado.

O PLS 473/2015, elaborado pela Comissão da Reforma Política, estabelece também que a proibição se aplica somente às empresas que prestam serviço na mesma região onde vai ser feita a pesquisa eleitoral.

O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que, nos últimos anos, as pesquisas de intenção de voto têm servido para orientar a decisão de eleitores sobre a escolha do candidato, assim como direcionar ou redirecionar as campanhas eleitorais. De acordo com o senador, isso é confirmado pela grande expectativa gerada na campanha eleitoral quando órgãos de comunicação anunciam a divulgação de pesquisas.

— É incompatível. Você não pode ter um instituto fazendo uma pesquisa e publicando o resultado como se fosse para uma rede de comunicação em um estado e, ao mesmo tempo, esse instituto ser contratado por um partido político, governo estadual ou prefeitura. O instituto de pesquisa vai ter que escolher para quem trabalhar — afirmou Jucá.

A proposta seguiu para a Câmara dos Deputados, mas a Comissão da Reforma Política vai retomar em agosto as discussões sobre outras regras para pesquisas eleitorais. Há uma proposta de emenda constitucional que veda a divulgação de pesquisas a partir do sétimo dia anterior até as 18h do dia do pleito eleitoral.

Projeto aprovado esclarece o que não é propaganda antecipada

A Lei 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, determina que só pode haver propaganda eleitoral após o dia 5 de julho do ano do pleito. O político que divulgar a candidatura antes pode pagar multa de até R\$ 25 mil. Apesar de a lei esclarecer o que não é considerado propaganda antecipada, o PLS 483/2015, aprovado ontem, torna essas regras mais claras.

A proposta prevê que não é propaganda antecipada a divulgação do posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais. O projeto proíbe, porém, que emissoras transmitam ao vivo as prévias partidárias. Seriam autorizadas as coberturas jornalísticas das prévias. O projeto seguiu para análise dos deputados.

Jorge Viana conclama colegas a buscar entendimento

Ao defender a reforma política, Jorge Viana (PT-AC) conclamou a classe política a “deixar a eleição para trás” e buscar o entendimento para melhorar o Brasil. O senador lamentou o crescente ceticismo e a desesperança diante da atuação de deputados e senadores e cobrou uma reação que satisfaça a opinião pública.

Jorge Viana também comemorou a aprovação do projeto que aumenta o período de internação de adolescentes infratores, medida que ele considera uma resposta à demanda da sociedade.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Em sessão presidida por Renan Calheiros, Senado aprovou dois projetos da reforma eleitoral

Adiada decisão sobre contratação de pessoas

Por falta de consenso, os senadores decidiram adiar para o mês de agosto a votação do PLS 482/2015, que regulamenta a contratação de pessoas pelos partidos políticos e campanhas eleitorais.

Para fins trabalhistas e previdenciários, de acordo com a proposta, os contratados passarão a ser equiparados aos prestadores de serviço. Além disso, o projeto propõe diversas salvaguardas para impedir que tanto a remuneração individual quanto o quantitativo de pessoas contratadas sejam excessivos.

Segundo a proposta, os recursos do Fundo Partidário podem ser usados na manutenção das sedes e serviços do partido. Para o pagamento de

pessoal, o limite deve ser de 70% do total recebido. Os órgãos nacionais de deliberação dos partidos políticos deverão disciplinar o número de pessoas contratadas em cada um de seus órgãos e a natureza de suas atividades, que devem ser informados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Um dos senadores que questionaram a proposta foi o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO). Para ele, em vez de alterar a lei dos partidos políticos, é preferível que o projeto altere apenas a lei eleitoral.

Em virtude das dúvidas dos demais senadores em relação ao texto do projeto, o relator Romero Jucá (PMDB-RR) optou por pedir a retirada da proposta.

Vanessa Grazziotin defende o fim do financiamento privado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez críticas a pontos da reforma política. Para a senadora, se o Congresso tiver interesse em reformar a maneira como a política e as campanhas são conduzidas, deveria proibir o financiamento dos partidos por grandes empresas, disse.

A senadora também criticou o projeto que prevê que, nas coligações em pleitos proporcionais, votos dados a candidatos de um partido não podem ser transferidos para outros das demais legendas. “É um golpe”, disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Decisão da Câmara piora o que já é ruim, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RR) afirmou que a reforma política aprovada pelos deputados “piora o que já é ruim”. No caso do financiamento empresarial, a senadora acusou a Câmara de constitucionalizar o que considera uma distorção das campanhas no Brasil.

A senadora defendeu o exame da proposta sobre o tema apresentada pela Coalizão Democrática, que reúne entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Mais duas CPIs devem começar no segundo semestre

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que, em 6 de agosto, vai ler o requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES a entidades privadas e governos estrangeiros a partir de 2007. O requerimento, com 27 assinaturas, foi protocolado por Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Outra comissão de inquérito que deve ter início em agosto é a CPI dos Fundos de Pensão, destinada a investigar denúncias de ilegalidades nas entidades. O pedido para a CPI foi apresentado pelos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Amélia (PP-RS).

Entre as entidades cujas contas poderão ser investigadas, estão a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil; a Petros, da Petrobras; a Funcef, da Caixa Econômica Federal; e o Postal, dos Correios.

Renan Calheiros indicou ontem os nomes dos integrantes da CPI. A medida foi tomada porque nem todos os partidos indicaram representantes. Nesse caso, a competência é da Presidência.

A leitura foi feita por Eduardo Amorim (PSC-SE), que presidia a sessão no momento. Comporão a CPI Humberto Costa (PT-PE), José Pimentel (PT-CE), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), João Alberto

Souza (PMDB-MA), Sandra Braga (PMDB-AM), Otto Alencar (PSD-BA), Sérgio Petecão (PSD-AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Antonio Anastasia (PSDB-M), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Fernando Collor (PTB-AL). Os suplentes serão Paulo Bauer (PSDB-SC), João Capiberibe (PSB-AP) e Blairo Maggi (PR-MT).

Atualmente funcionam no Senado cinco CPIs: de assassinato de jovens, do Carf, da CBF, das próteses e do HSBC.

Renan anunciou ainda que hoje dará entrevista coletiva para fazer um balanço dos trabalhos do Senado no primeiro semestre e que, entre os dias 20 e 31, não haverá sessões no Plenário do Senado.

Jucá será relator da Comissão de Consolidação da Legislação Federal

Foi instalada ontem a comissão mista que vai trabalhar na consolidação da legislação federal e na regulamentação de dispositivos da Constituição. O relator será o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Os deputados Luiz Sérgio (PT-RJ) e Sérgio Souza (PMDB-PR) serão presidente e vice.

Com seis senadores e seis deputados, o colegiado terá 240 dias para concluir os trabalhos, que incluem examinar projetos sobre modernização e fortalecimento econômico e social.

Jucá registrou a decisão do Congresso de reeditar a comissão de consolidação que

atuou em 2013, agora com adendo sobre fortalecimento da economia. A partir de agosto, disse ele, a comissão definirá o plano de trabalho.

O relator nomeou o deputado Miro Teixeira (Pros-RJ) como sub-relator da consolidação das leis penais. Miro lembrou que a comissão de 2013 atuou na regulamentação de temas como o trabalho das domésticas e a elaboração da proposta que define os crimes de terrorismo (PLS 499/2013). Jucá disse que o projeto do terrorismo originário da comissão de 2013 tem aval de entidade representativa do Ministério Público.

Repatriação de recursos será votada em agosto

Se o projeto virar lei, brasileiros com dinheiro no exterior não declarado à Receita poderão repatriá-lo sem responder por crimes de evasão de divisas e de omissão ao fisco

O SENADO SÓ deverá votar em agosto proposta que permite a repatriação de recursos ou patrimônio mantidos por brasileiros no exterior e não declarados à Receita Federal. Conforme previsão de especialistas, a medida poderá resultar em arrecadação adicional superior a R\$ 100 bilhões. Durante sessão extraordinária, no início da tarde de ontem, o Plenário aprovou a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 298/2015 com o PLS 349/2011, o que viabiliza a votação de urgência para a matéria logo em seguida.

A urgência no exame do PLS 298/2015, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vem sendo defendida pela liderança do governo, mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que não quer precipitação no calendário da votação do mérito do projeto. Quando a Casa retomar as atividades legislativa, em agosto, a discussão será reiniciada, garantiu o presidente. A liderança governista queria votar a matéria nessa mesma sessão.

A tramitação conjunta, por viabilizar regimentalmente o pedido de urgência, enfrentou protesto de Ronaldo Caiado (DEM-GO), que chegou a solicitar verificação de votação. Outro representante da oposição, Aécio Neves (PSDB-MG), concordou com a proposta de Renan e disse que é possível melhorar o mérito do PLS 298/2015. O senador fez crítica ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy.



Caiado (C) foi contra a tramitação conjunta dos dois projetos que viabilizou a votação de urgência

— Quem estabelece a pauta é o Senado. Com todo respeito ao ministro Levy, não cabe a ele definir o que vai ser votado. Não estamos negando méritos ao projeto, mas queremos discutir e corrigir equívocos — argumentou.

Se o projeto virar lei, os brasileiros que mantêm recursos e patrimônio no exterior sem declarar à Receita Federal poderão repatriá-los, sem responder por crimes de evasão de divisas ou de omissão de informações ao fisco. O PLS 298/2015 institui o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, mas condiciona a legalização à comprovação da origem lícita dos recursos.

Substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Delcídio do Amaral

(PT-MS), prevê a regularização por meio de pagamento da alíquota de 17,5% do Imposto de Renda, mais multa de 100% sobre o imposto apurado, o que significa um encargo total de 35%. Na versão original, o projeto previa pagamento pela alíquota do IR de pessoa jurídica ou de pessoa física, mais multa de 20%.

A proposta isenta de declaração e de multa de regularização os valores disponíveis em contas no exterior no limite de até R\$ 10 mil, convertidos em dólar americano em 31 de janeiro de 2013. Quando o montante for superior a US\$ 50 mil, a regularização deverá ser realizada por intermédio de instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil. Os interessados terão 120 dias

de prazo para aderir ao regime especial.

Conforme o substitutivo, metade dos recursos arrecadados será destinada a dois fundos criados pela Medida Provisória 683/2015 para estimular o desenvolvimento regional e financiar a convergência das alíquotas interestaduais do ICMS. Para tanto, o Senado terá de aprovar uma resolução que reduza as alíquotas interestaduais.

Outra condicionante para a utilização dos recursos por esses dois fundos é a celebração de convênio entre os estados e o Distrito Federal que discipline os efeitos dos incentivos da guerra fiscal. Esses benefícios fiscais, concedidos sem aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária, foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Na justificativa do projeto, Randolfe citou países que foram bem-sucedidos ao conceder anistia aos contribuintes para repatriar recursos. É o caso, por exemplo, da Argentina, que trouxe de volta cerca de US\$ 4,7 bilhões.

A ideia de apresentar o projeto surgiu dos trabalhos da CPI do HSBC, da qual Randolfe é vice-presidente. A comissão investiga contas de brasileiros na filial do banco na Suíça. Nessas contas, há dinheiro de origem ilícita, proveniente de tráfico de drogas e de corrupção, mas também de procedência lícita. É o caso de pessoas físicas e jurídicas que fizeram investimento estrangeiro nos momentos de instabilidade econômica e política no Brasil.

Senado confirma seis textos de acordos bilaterais

O Plenário aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo referente a acordos assinados pelo Brasil com outros países. As propostas precisam ser promulgadas pelo Congresso Nacional para entrar em vigor.

Os textos contemplam acordos de cooperação técnica, cultural e previdenciária, alguns em tramitação no Congresso Nacional há 25 anos. É o caso do acordo com a Bolívia, assinado em agosto de 1990, que prevê o estabelecimento de um porto seco no Porto de Paranaguá (PR). A unidade será utilizada para admissão, armazenagem e expedição de mercadorias de procedência boliviana, bem como daquelas oriundas de outros mercados para o país vizinho.

Mais cedo, Roberto Requião (PMDB-PR), relator do acordo, havia pedido a votação da proposta. Ele disse que o Conselho do Mercosul está reunido em Brasília, contando com representantes da Bolívia, e que seria positivo o Brasil comunicar a aprovação do acordo durante o encontro.

Terça-feira, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador criticou a demora na tramitação do projeto.



Senadores aprovaram os projetos de decreto legislativo na tarde de ontem

— Registre-se que o convênio foi firmado em 1990, e que a mensagem foi recebida pela Câmara em 25 de julho de 2007, 17 anos depois. E o projeto de decreto legislativo que dela decorreu foi aprovado naquela Casa apenas em junho de 2015. Então, de 2007 a 2015 ficou na Câmara dos Deputados — afirmou Requião na CRE.

Já o acordo com o Uzbequistão, celebrado em 2009, cria comissão intergovernamental de cooperação econômica e comercial para discutir programas de concessão de créditos.

O acordo com o Zimbábue, assinado em 2006, destaca que a cooperação técnica com o Brasil poderá envolver instituições do setor público e privado e organizações não

governamentais. As áreas a serem contempladas ainda serão definidas pelas autoridades dos dois países.

Assinado em abril de 2010, o acordo de cooperação cultural com Granada tem o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e o país caribenho de língua inglesa.

O acordo de cunho previdenciário entre o Brasil e a Coreia, firmado em novembro de 2012, beneficia os trabalhadores dos dois países no tocante a pensões e benefícios de aposentadoria por idade, pensão por morte e aposentadoria por invalidez.

Por fim, o acordo entre Brasil e Argentina, assinado em 2011, prevê cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis.

Rodrigo Soares é aprovado para embaixador em Moçambique

O Plenário aprovou ontem o nome de Rodrigo de Lima Baena Soares para a embaixada do Brasil em Moçambique. Foram 43 votos a favor e apenas 3 contrários, além de 1 abstenção. Soares vai acumular o cargo com a representação brasileira na Suazilândia e em Madagascar. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que o Brasil será bem representado em Moçambique, pois Soares é um dos melhores quadros do Itamaraty e reúne as condições necessárias para o cargo.

— Estamos ganhando um excepcional embaixador, dono de uma exitosa carreira — afirmou.

Durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no dia 9, o diplomata detalhou os projetos que o Brasil mantém com Moçambique, como uma fábrica de antirretrovirais e uma universidade aberta. Ele disse que vai ajudar o Brasil a explorar oportunidades de negócios nas áreas de biocombustíveis e de energias renováveis.

PEC que indeniza dono de terra em área indígena volta à comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) voltará a examinar a proposta de emenda à Constituição que estabelece que os donos de terras que passaram a ser consideradas reservas indígenas sejam indenizados pela União.

A PEC 71/2011, de Paulo Bauer (PSDB-SC), estava pronta para ser votada no Plenário, em primeiro turno, mas recebeu quatro emendas,

que são sugestões de mudanças no texto. Com isso, há a necessidade de nova análise na CCJ.

A emenda apresentada por Humberto Costa (PT-PE) tem como objetivo “resolver os conflitos sociais que o próprio poder público criou”. Há ainda emenda de Simone Tebet (PMDB-MS) para que a indenização aos donos de terras em áreas indígenas seja paga em dinheiro.

Procurador-geral extrapola limites, diz Collor

Senador acusa Rodrigo Janot de transformar investigação em prévia condenação e de vazar para a imprensa parte das informações, fora de contexto, que, afirma, são divulgadas sem apuração efetiva

O SENADO PRECISA frear o projeto de hegemonia do Ministério Público Federal. O alerta foi feito ontem por Fernando Collor (PTB-AL) em pronunciamento no Plenário. De acordo com o senador, o órgão, sob o comando do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tem extrapolado em suas investigações todos os limites do estado de direito, da legalidade e das garantias constitucionais. Collor afirmou que a Procuradoria-Geral da República passa por cima das instituições democráticas.

— O Brasil corre o risco de se transformar na República de um só Poder, em uma autocracia. Não se pode permitir a submissão das instituições democráticas ao aparato poli-

ciais do Ministério Público. Não se pode aceitar a cultura do apedrejamento, aquela em que se causa um dano à pessoa e depois ela que procure reparar o dano — disse.

Collor acusou o procurador-geral de se ter especializado em transformar em prévia condenação toda e qualquer investigação que esteja realizando. A partir de uma informação ou delação qualquer, verdadeira ou falsa, prosseguiu, inicia-se uma investigação, supostamente sigilosa, para a coleta de novas informações. Em seguida, é vazada para a imprensa parte dessas informações, fora de contexto, para que seja divulgada como bem entendem, sem apuração efetiva, protestou Collor.

— Utiliza-se do ambiente

criado pela mídia para justificar a obtenção de novas informações e para induzir depoimentos. Abusa-se das prisões preventivas e temporárias. Negociam-se delações premiadas, inclusive com práticas da inquisição, forçando delatores de ocasião a falarem o que a Procuradoria-Geral quer e o que lhe interessa que seja dito pelo delator. Pressiona-se, por meio do exemplo das prisões, das delações, por mais depoimentos, por mais detalhes, ainda que falsos ou não comprovados — afirmou.

Collor também voltou a criticar o arrombamento do apartamento funcional que ocupa e de sua residência particular em operação comandada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Collor propôs agenda para impedir a “ditadura do Ministério Público Federal”

Ele disse que não teve direito a ter acesso aos autos das investigações nem de prestar previamente depoimentos e explicações.

— Não há sequer denúncia feita e, mesmo assim, tentam usurpar o meu direito à presunção de inocência, uma cláusula pétrea da Constituição subjugada pelo Ministério Público Federal — ressaltou.

Para impedir o que classificou de “ditadura da República do Ministério Público Federal”, Collor propôs a elaboração de uma agenda suprapartidária isenta política e ideologicamente para atuar de forma a garantir que o Ministério Público retome suas atribuições e competências originais.

— Com plena autonomia e liberdade, sim, mas estritamente dentro de suas prerrogativas, dentro dos limites constitucionais e dos princípios fundamentais do direito. Ainda que inalcançável aos olhos de todos, a democracia brasileira e o estado de direito correm perigo — alertou o senador.

Telmário Mota (PDT-RR) e Ivo Cassol (PP-RO) apoiaram o discurso de Collor.

— O senhor está vivendo a experiência que muitos humildes e pobres, que não têm mandato, passam corriqueiramente em suas vidas. É lamentável que Vossa Excelência não tenha tido oportunidade de se defender — disse Telmário.

Renan volta a criticar Operação Politeia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a criticar ontem a Operação Politeia, deflagrada pela Polícia Federal nesta semana como um desdobramento da Lava-Jato. Da Mesa do Senado, Renan ressaltou que, na democracia, um Poder não pode se sobrepor a outro e manifestou preocupação com o

momento político atual.

— Nós vivemos um momento grave, preocupante e devemos nos preocupar com a democracia. Devemos nos preocupar com a Constituição e com a presunção da inocência. Devemos nos preocupar com o processo legal — destacou.

Para debatedores, acidente não é culpa só de trabalhador

A culpa por um acidente de trabalho não pode ser atribuída exclusivamente ao funcionário, ainda que ele não tenha utilizado equipamentos de proteção individual (EPI). Há medidas coletivas a serem tomadas pelo empregador para sanar ou reduzir os perigos existentes no ambiente laboral. Esse foi o ponto de vista defendido por todos os participantes da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que debateu ontem o uso de EPIs.

Apesar dos avanços nas normas de segurança dos empregados, o Brasil continua entre os cinco países que registram mais acidentes de trabalho no mundo, lamentou o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

— Alguns números mostram em 2013 uma taxa de mortalidade de 6,53 por 100 mil segurados. Não dá para achar que simplesmente o equipamento resolve a questão da segurança no emprego — disse o senador.

Representante do Ministério do Trabalho, Rômulo Machado e Silva explicou que há uma hierarquia de medidas de proteção a serem colocadas em prática: as coletivas (abafar e proteger máquinas ruidosas, por exemplo) e as administrativas (fazer rodízio

de funcionários para operá-las). Somente depois vêm as individuais (usar protetores de ouvido, luvas, capacete, colete, cinto).

O procurador do Ministério Público do Trabalho Ronaldo Lira cobrou atenção na área de saúde, pois trabalhadores são contaminados, disse, com doenças como aids e hepatite e submetidos a situações de estresse e assédio moral.

Na opinião de Luis Carlos de Oliveira, da Força Sindical, a defesa ostensiva do uso dos EPIs acaba por facilitar a culpa do trabalhador pelos acidentes de trabalho.

Junéia Bastista, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmou que os 700 mil acidentes de trabalho em 2013 se deram por falta de uma política efetiva de promoção

da saúde do trabalhador e pela lógica que prioriza o lucro e o capital acima do bem-estar dos funcionários.

Marco Antonio Pérez, do Ministério da Previdência, ressaltou que, independentemente da qualidade do EPI, se usado sem orientação ou de maneira incorreta, ele é inútil.

Francisco Chagas Costa, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, disse que o número de acidentes de trabalho é grande porque não há fiscalização das condições laborais. Ele pediu a contratação de auditores pelo governo.

Outra ação governamental a ser tomada, segundo Cleonice Caetano, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), é a intensificação de campanhas informativas sobre acidentes de trabalho.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Debate sobre segurança do trabalho reuniu centrais sindicais e governo federal

Senado do Futuro elege vice-presidente e define debates

A Comissão Senado do Futuro elegeu na quarta Cristovam Buarque (PDT-DF) como vice-presidente e definiu os temas que serão debatidos no segundo semestre. O primeiro painel, em 17 de agosto, será “Impasses e perspectivas da sociedade brasileira”.

O plano apresentado pelo presidente da comissão, Wellington Fagundes (PR-MT), inclui discussões sobre “Senado do futuro e Senado para o futuro”, “Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável”, “Futuro das cidades e as cidades sustentáveis”, “Democracia, instituições e a representação popular” e “Relacionamento do Senado com o cidadão”.

Wellington explicou que pretende promover uma discussão mais dinâmica, talvez em formato de “roda de conversa”, em vez do modelo de audiência pública.

— Como não é uma comissão deliberativa, queremos fazer com que tenha um dinamismo maior, nas discussões, nos debates, até nos embates, sem o formalismo das comissões temáticas — explicou.

Cristovam, que foi relator da comissão no biênio 2013–2014, comemorou o prosseguimento dos trabalhos.

— É uma oportunidade grande para o Senado refletir sobre para onde estamos indo. Não no Brasil, não na circunstância imediata, que nos aprisiona, mas no longuíssimo prazo, 20, 30, 50 anos.

Outros senadores apresentaram temas que poderão ser inseridos no cronograma. Fátima Bezerra (PT-RN), ao mencionar o livro *Brasil: uma biografia*, de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, sugeriu que se aborde a questão da escravidão, como referencial histórico e em formas contemporâneas.

José Medeiros (PPS-MT) pediu debate sobre a atuação do Legislativo, do Judiciário e do Executivo, numa nova realidade de dispersão do poder, tema de *O Fim do Poder*, de Moisés Naím.

Donizeti Nogueira (PT-TO) sugeriu que os assuntos levem em conta as perspectivas e expectativas da juventude. Wellington concordou com a importância desse ponto de vista. Ele informou que a comissão vai trabalhar em parceria com o Projeto Jovem Senador, que permite que estudantes conheçam a Casa e participem de atividades legislativas simuladas.

Relator manteve meta de superávit para o setor público proposta pelo governo, mas não descarta revisão mês que vem. Líderes voltam a se reunir no dia 4 e CMO, no dia 11

Comissão adia votação da LDO para agosto

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) decidiu adiar para agosto a votação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, quando forem retomados os trabalhos no Congresso. O relatório final do deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE) para a proposta foi apresentado na noite de quarta-feira.

A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), convocou reunião de líderes para 4 de agosto e reunião ordinária para o dia 11.

O relator manteve no parecer a meta de superávit primário de 2% do produto interno bruto (PIB) para o setor público. O valor de R\$ 126,73 bilhões é o mesmo previsto na proposta enviada pelo Executivo (PLN 1/2015).

Teobaldo não descarta, porém, revisão no percentual.

— O relatório está com o percentual que o governo estava projetando. Em agosto, vamos ter dados mais reais e, aí, se faria um adendo.

Depois da votação na CMO, o texto ainda terá de ser ana-



Rose preside última reunião da CMO este mês, quando senadores e deputados decidiram adiar a análise do relatório

lisado pelo Congresso. Com o adiamento da votação, não haverá recesso parlamentar de 18 a 31 de julho, porque, pela Constituição, a sessão legislativa não pode ser interrompida sem a aprovação da LDO.

O líder do governo na comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que o relatório possui três questões centrais que precisam ser analisadas mais a fundo.

Segundo ele, o governo ainda não decidiu se manterá a meta de superávit primário de 2%. Outro ponto crítico, para Pimenta, é a exclusão, pelo relator, da proporcionalidade na expansão com a despesa de pessoal nos três Poderes.

Ele também fez ressalva à ampliação do orçamento impositivo para as emendas de bancada.

— Você aumenta a meta de

superávit, desequilibra as despesas com pessoal e aumenta as despesas de bancada. Essa conta não fecha — destacou.

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) concordou que a LDO precisa de mais análise.

— Precisamos estabelecer uma LDO que indique realmente o caminho para o país. Se nós simplesmente dissermos “amém” a um caminho que não está dando certo,

seremos coniventes com o país indo para o buraco.

A CMO também aprovou um destaque de emenda de Domingos Sávio para recolocar na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 a autorização para provimento de 715 cargos no Banco Central e 272 na Receita. A emenda foi apresentada ao PLN 3/2015, que cria uma gratificação para os representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O texto principal da proposta havia sido aprovado em 1º de julho.

A emenda retoma o texto da proposta da LOA aprovada pelo Congresso, com a autorização para contratação de pessoal para o BC e a Receita, vetada pela presidente Dilma Rousseff.

— O que estamos fazendo é adequar a LDO de 2015 para o governo poder contratar os concursados — disse Sávio.

Para Pimenta, a emenda não seria necessária por ser apenas autorizativa, mas ele concordou em incorporá-la.

General faz alerta sobre soberania na Amazônia

Em audiência pública ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, alertou para riscos de enfraquecimento da soberania do Brasil sobre a parte nacional da Amazônia, referindo-se a situações que limitam a autoridade do país sobre decisões estratégicas para o desenvolvimento equilibrado da região.

Como exemplo, citou recente proposta do presidente da Colômbia, Luiz Manoel dos Santos, de criar um corredor ecológico na Amazônia, dos Andes até o Oceano Atlântico, compreendendo a Amazônia brasileira. O objetivo é levar a ideia para a próxima reunião da Conferência de Mudanças Climáticas (COP-21). Toda a extensão do corredor ficaria intocada, sem exploração de

riquezas — estimadas em mais de US\$ 230 trilhões.

Para o general, que imputou a ideia à entidade Gaia Internacional, pode-se conciliar preservação e uso de riquezas:

— Esse processo [radicalismo pela preservação] é como combater fantasmas, porque a gente não sabe de onde vêm, quem são, o que fazem e quais são seus reais objetivos.

Villas Bôas foi convidado, por requerimento de Aloysio Nunes (PSDB-SP), a debater controle das fronteiras, tráfico de drogas e armas e coordenação com as forças militares dos países limítrofes na Amazônia.

O comandante também questionou a “coincidência” da fixação de reservas indígenas em áreas de concentração de riquezas minerais:

— Não sou contra unidades de conservação em terras indígenas, mas temos que

compatibilizar esse objetivo com a exploração dos recursos naturais — defendeu.

Segundo o general, o país ainda não é produtor de cocaína, mas tem sido usado como corredor de droga para o exterior, além de ser o segundo mercado consumidor do mundo, depois dos EUA. Quanto ao tráfico de armas, informou que é mais presente em fronteiras da Região Sul.

A resposta das Forças Armadas para aumentar a proteção das fronteiras, inclusive na Amazônia, segundo o general, é a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), cuja conclusão está prevista para 2023. Porém, admitiu que pode atrasar, em razão de cortes orçamentários. Os senadores prometeram apoio para acelerar a implantação do Sisfron.

TCU recomenda ajuda permanente a agricultores de baixa renda

Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para melhorar a execução do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) com o público do Programa Brasil sem Miséria motivaram audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Entre outras medidas, o TCU sugere que a assistência técnica seja oferecida de forma permanente, evitando a descontinuidade dos serviços.

Como relatou o secretário de Métodos Aplicados e Suporte a Auditorias do TCU, Dagomar Henriques Lima, a natureza de educação não formal do serviço de extensão rural exige que haja continuidade.

A opinião foi compartilhada por Guilherme Távira, do

Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ele disse que as ações do Pronater no contexto do Brasil sem Miséria são voltadas a agricultores familiares em situação de pobreza extrema.

O debate, proposto por Donizeti Nogueira (PT-TO), faz parte da avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). O senador é relator da avaliação.

Waldemir Moka (PMDB-MS), Blairo Maggi (PR-MT), José Medeiros (PPS-MT), Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Wellington Fagundes (PR-MT) alertaram para a precariedade das condições de produção nos assentamentos de reforma agrária.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

CPI do HSBC volta atrás em quebras de sigilo

Investigados por denúncias de operações irregulares com o banco, como Jacob Barata, não serão mais atingidos. Ricardo Ferraço diz que erro tem que ser reconhecido

A CPI DO HSBC voltou atrás na decisão de quebrar sigilos bancários e fiscais de alguns dos investigados por denúncias de operações irregulares com o banco. O colegiado reconsiderou ontem as quebras de sigilo de um dos maiores empresários de ônibus do Brasil, Jacob Barata, e de três integrantes de sua família — Rosane Barata, Jacob Barata Filho e David Barata. A nova posição da CPI abrange ainda Jacks Rabinovich, ex-proprietário do Grupo Vicunha, e Paula Queiroz Frota, que é membro do Grupo Edson Queiroz, dono da TV Verdes Mares e do *Diário do Nordeste*.

— Temos que reconhecer que erramos — disse Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ao comentar a mudança de posição do colegiado.

A mudança de posicionamento deu-se uma semana depois de o Supremo Tribunal Federal ter ratificado a decisão da CPI de quebrar os sigilos.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) contou que foi procurado por pessoas ligadas ao empresário Jacob Barata, mas disse ter rejeitado o encontro.

— Os representantes desses senhores me procuraram para conversar sobre isso. Chegaram a ir ao Amapá. Que receio é esse de quebra de sigilo? — questionou.

Ele registrou que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda, infor-

mou à CPI que 50 brasileiros com contas do banco na Suíça fizeram transações financeiras atípicas.

Para Blairo Maggi (PR-MT), a movimentação das contas não é prova de irregularidade:

— Eu tenho uma conta no Banco do Brasil que eu não movimento há mais de dois anos. Se eu lançar um cheque lá de 50 mil reais, vai ser atípica porque no padrão daquela conta não tem esse tipo de movimentação — argumentou.

Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Ciro Nogueira (PP-PI) também afirmaram que não há razões para quebrar o sigilo dessas pessoas. Para eles, a decisão do STF não significa que a CPI deva quebrar os sigilos, mas que pode fazê-lo.

Blairo registrou que o Senado discute o PLS 298/2015, de Randolfe, proposta que trata da regularização de recursos de brasileiros no exterior, dinheiro ou patrimônio não declarados à Receita Federal. Segundo ele, é incongruente aprovar o projeto e persistir nas quebras de sigilo.

— Eu gostaria de propor que, no mínimo, déssemos uma parada na CPI e aguardássemos a aprovação do projeto de lei do senador Randolfe. Temos 120 dias para que as pessoas façam uma adesão. Depois desse período, se a pessoa não fizer a adesão, penso que a CPI deveria trabalhar com mais rigidez — afirmou.

Davi Alcolumbre, Sérgio



Ao lado de Ricardo Ferraço e Paulo Rocha, Randolfe disse que foi procurado por pessoas ligadas aos investigados

Petecão (PSD-AC) e Ciro Nogueira consideraram temerário quebrar os sigilos de empresários neste momento.

— Com a aprovação desse projeto, nós vamos separar o joio do trigo — sustentou Ciro, que sugeriu inclusive a suspensão dos trabalhos da CPI.

Randolfe apontou incoerências na postura de alguns senadores que apresentaram, em Plenário, argumentos contrários à repatriação de recursos, mas defenderam o projeto na CPI.

— Aqui na CPI é dito que não podemos expor empresários honestos, e na quarta-feira, no Plenário, foi dito que tem dinheiro de narcotráfico, de corrupção. Tem que escolher. A forma de escolher não é pelos olhos ou pela amizade que alguns parlamentares podem ter com empresários.

Teleconferência vai ouvir Falciani, delator do swissleaks

A CPI do HSBC fará uma teleconferência para ouvir Hervé Falciani, especialista em sistemas de computador que revelou dados do escândalo que ficou conhecido como swissleaks. Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem.

A teleconferência foi aprovada depois de o governo da França recusar formalmente o pedido da CPI do HSBC para ter acesso aos dados do swissleaks. As informações foram enviadas pelo governo daquele país ao Ministério da Justiça e à Procuradoria-Geral da República. Mas o acervo não pode ser compartilhado com a CPI sem que os franceses concordem. A França

alega que o acordo entre os dois países é apenas para que os dados sejam compartilhados entre instituições que tenham poderes judiciais e possam julgar e punir.

Para o relator da CPI, Ricardo Ferraço, a comissão já obteve êxito ao acelerar o pedido de informações pelo governo brasileiro. O senador relatou que a dificuldade em acessar os dados impede o avanço dos trabalhos. Segundo ele, a barreira imposta pelos franceses foi um “balde de água fria.”

— Essas investigações vão acontecer queira a CPI ou não. Não há hipótese de esse assunto não ser devidamente investigado.

CPI do Carf quer dados telefônicos do presidente da Mitsubishi

Em reunião ontem, a CPI do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) aprovou a quebra dos sigilos telefônico e telemático do presidente da Mitsubishi no Brasil, Robert Rittscher. A empresa foi autuada pela Receita Federal e, por meio de recurso dirigido ao Carf, conseguiu reduzir de R\$ 266 milhões para menos de R\$ 1 milhão o débito. Por isso, o caso está sendo investigado pela CPI e pela Polícia Fe-

deral, no âmbito da Operação Zelotes.

A quebra dos sigilos de Rittscher foi solicitada pelo presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Foi aprovada também a quebra dos sigilos telemático e telefônico de Paulo Ferraz, presidente da companhia na gestão anterior a de Rittscher, que prestou depoimento à CPI na semana passada.

Ainda por solicitação de Ataídes, a CPI aprovou a quebra dos sigilos

bancário e fiscal de Hugo Borges. Ele é suspeito de ser um dos operadores financeiros de José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Carf alvo das investigações. Será solicitada à Receita Federal a lista das empresas das quais Borges foi ou se mantém sócio.

Por solicitação da relatora da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o colegiado aprovou a quebra dos sigilos fiscal e bancário da Planeja Assessoria e

da Alfa Atenas Assessoria Empresarial. As duas empresas prestaram assistência, entre outras, à Mitsubishi em processos dentro do Carf. A suspeita é de que essas e outras consultorias tenham atuado como intermediárias de propinas para membros do conselho.

Ainda a pedido da senadora, a CPI terá acesso aos dados bancário e fiscal de Eduardo Ramos, Ezequiel Cavallari, Silvio Romão e Ricardo Rett.

Hélio José busca solução para fechar o maior lixão da América Latina

Em pronunciamento ontem, Hélio José (PSD-DF) elogiou os esforços de Rodrigo Rollemberg, mas cobrou do governador do Distrito Federal a definição de um plano visando ao fechamento do lixão da Estrutural.

— Esse é o maior lixão a céu aberto da América Latina e um grande risco sanitário aos catadores que vivem da reciclagem



e à população do DF como um todo — disse.

De acordo com o senador, existem estudos atestando a contaminação dos lençóis freáticos mais próximos pelo chorume que vem do lixão.

Por sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF), os senadores do DF solicitarão uma audiência com Rollemberg sobre o assunto.

Rose lembra 25 anos de estatuto e destaca que evasão escolar caiu

Rose de Freitas (PMDB-ES) destacou os avanços alcançados com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 25 anos esta semana.

Ela citou estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para ilustrar os avanços obtidos com o estatuto. Dados indicam que a evasão escolar caiu 64% entre 1990 e 2013 e o número de menores

entre 5 e 15 anos que trabalham caiu 73,6% entre 1992 e 2013, assinalou a senadora.

— Após o estatuto, o Brasil reduziu a mortalidade infantil em 24%, especialmente por conta do aumento das consultas de pré-natal. Em 1995, segundo a ONU, 10,9% das gestantes do Brasil não faziam consulta de pré-natal. Em 2011, esse percentual caiu para 2,7%.

Valdir Raupp comemora decreto que cria zona de exportação em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou ontem a publicação de decreto federal criando a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Rondônia, em Porto Velho. A iniciativa vinha sendo reivindicada há cinco anos.

— Eu acredito que essa região vai virar um polo industrial, pois algumas indústrias já estão se instalando na área



— comentou o senador.

Sobre a possibilidade de venda desta produção no mercado nacional, Raupp observou que a ideia inicial, em Rondônia, era a destinação de 20% para o mercado externo e 80% para o interno. Mas admitiu a chance de mudança desses percentuais para 40% e 60%, respectivamente.

Para especialistas presentes a audiência, a crença da população de que os menores infratores não são punidos decorre do desconhecimento das medidas previstas no ECA

Elevar punição de menor é erro, diz ministro

O MINISTRO DA Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, disse ontem que é um equívoco tentar resolver o problema da segurança pública com aumento de punições aos menores. A declaração foi feita durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na qual foi apresentada pesquisa do DataSenado que mostrou apoio de 85% dos entrevistados à redução da maioridade penal.

— Achar que só aumentar penalidades vai resolver o problema de segurança é profundamente equivocados. Tem que ter uma abordagem mais ampla para haver mais efetividade — alertou o ministro.

O aumento da punição para jovens infratores é tema de proposições que tramitam no Congresso, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, que reduz a maioridade penal, aprovada em primeiro turno na Câmara.



Para o ministro Pepe Vargas (3º à dir), somente uma abordagem ampla sobre a questão da criminalidade vai resolver o problema da segurança no Brasil

No Senado, foi aprovado nesta semana o PLS 333/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), que estende o tempo de internação para até dez anos em casos específicos.

Embora considere o texto aprovado pelo Senado “menos grave” que a PEC em análise na Câmara, o ministro diz que nenhuma das opções é suficiente para reduzir a violência e a PEC pode até aumentar a criminalidade.

— Ainda é tempo de a sociedade fazer um debate. Se colocarmos os adolescentes no sistema prisional de adultos, em vez de reduzir a criminalidade, ela vai aumentar por uma razão muito simples: no sistema prisional de adultos, há facções do crime organizadas. O adolescente não terá outra alternativa a não ser se colocar sob o manto de uma dessas facções.

A pesquisa também mostrou

que 64% dos entrevistados não acreditam que menores são punidos. Para o ministro, isso se explica por outro dado da pesquisa: apesar de 98% terem declarado que já ouviram falar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a maioria, 69%, se considera pouco informada sobre as regras estabelecidas pelo documento.

— É compreensível que a ampla maioria ache que o adolescente não é punido,

quando a idade em que o menor começa a ser punido com a retirada da liberdade é com 12 anos, não com 16 — disse o ministro, se referindo ao cumprimento de medidas socioeducativas.

Essa opinião é ratificada por especialistas que participaram da audiência pública. Para a vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Marta Zanchi, os resultados mostram que há uma falha na tarefa de esclarecer a população sobre o cumprimento das medidas socioeducativas, já que os adolescente infratores são, sim, punidos.

Para ela, qualquer proposta que vise à redução da maioridade penal, ainda que para casos específicos, pode ter resultados trágicos.

— Nós somos frontalmente contrários à redução da maioridade — declarou.

Pepe Vargas, Marta Zanchi e a procuradora Vanessa Fusco Simões, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, apontaram o mesmo caminho para a questão: a implementação do que já é previsto no ECA e que ainda não foi garantido.

Para a procuradora, há instrumentos suficientes para lidar com o problema e qualquer “solução mágica” adotada no calor da situação não resolverá a questão da segurança. A tarefa de aplicar o ECA, segundo o ministro, cabe não só ao governo, mas a toda a sociedade.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) disse ter “crença total” no ECA, que, quando corretamente aplicado, gera reincidência mínima. Para ele, mais do que autores, os adolescentes são vítimas da violência.

O presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), se disse surpreendido positivamente pela pesquisa, já que, apesar de alto, o percentual de apoiadores da redução da maioridade penal estaria diminuindo. Para ele, o debate servirá para embasar proposições em defesa da criança e do adolescente.

DataSenado: 85% apoiam a redução da maioridade

Pesquisa divulgada ontem pelo DataSenado aponta que 85% dos entrevistados querem a redução da maioridade penal. A pesquisa foi realizada para lembrar os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069/1990. Os dados foram divulgados em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Questionados sobre a idade a partir da qual o adolescente que comete ato infracional deve ter a mesma condenação de um adulto, 42% dos entrevistados responderam 16 anos. Outros 24% disseram 14 anos, e 19%, 12 anos. Apenas 14% apoiam a maioridade penal a partir de 18 anos.

Os números apontam também crescimento da sensação de impunidade em relação ao menor infrator. No levantamento, 64% dos participantes disseram acreditar que o jovem não é punido. Em 2010, esse índice foi de 50%.

— Isso mostra uma mudança na percepção social sobre o tema. É um aumento significativo do ponto de vista da amostra — disse o estatístico Marcos Ruben de Oliveira, coordenador de Controle Social da Secretaria da Transparência do Senado.

A pesquisa também constatou a falta de conhecimento sobre o ECA. Apesar de 98% terem declarado que já ouviram falar do estatuto, a maioria, 69%, se considera pouco informada sobre os direitos

da criança e do adolescente.

O percentual dos que declararam conhecer pouco os direitos previstos no ECA foi maior entre os cidadãos sem renda e que ganham até dois salários mínimos, 74% e 75%, respectivamente. Já na parcela que recebe mais de dez salários mínimos, o índice foi de 43%.

O aumento do tempo máximo de internação dos menores infratores, de três para seis anos, também foi defendido por 80% dos entrevistados. A pesquisa foi feita antes da

aprovação do PLS 333/2015, do senador José Serra, que estende esse tempo para até dez anos em casos de crime hediondo.

A maioria, 95%, também defende o aumento da pena para quem corrompe menores, hoje de um a quatro anos de prisão. Projeto que tramita no Senado (PLS 227/2015) propõe de 5 a 15 anos.

A proteção às crianças e adolescentes também foi questionada. Para 54%, o estatuto ajuda pouco a garantir a proteção integral. Para 36%,

ajuda muito. A comparação com a pesquisa de 2010 revela que a opinião do brasileiro sobre a eficácia da lei permaneceu estável.

Já a efetividade dos estabelecimentos socioeducacionais divide opiniões. Dos entrevistados, 48% acham que as internações ajudam às vezes a recuperar os jovens; para 46%, não ajudam nunca; e para 6%, ajudam sempre.

A maioria dos entrevistados, 72%, declarou não conhecer nenhuma criança ou adolescente que já foi vítima de violência, enquanto 27% afirmaram que sim.

Quase todos os entrevistados, 97%, afirmaram que denunciariam caso presenciassem algum tipo de violência contra criança ou adolescente: 56% procurariam primeiro a polícia; 24% os conselhos tutelares; 3% a delegacia da criança e do adolescente.

O levantamento foi feito entre 26 de maio e 9 de junho, por telefone. O DataSenado fez 1.092 entrevistas, nos 26 estados e no Distrito Federal. A população considerada é a de cidadãos com 16 anos ou mais, residentes no Brasil, e com acesso a telefone fixo.

— O nosso objetivo, com as pesquisas de opinião, é inserir o cidadão no debate político. As pesquisas de opinião são uma ótima alternativa para estimular a participação e o controle social sobre as atividades do Congresso Nacional — explicou Marcos Ruben de Oliveira.

Opiniões dos entrevistados



Fonte: DataSenado